

## Branquitude acadêmica: poder epistêmico nas universidades brasileiras

GABRIEL RIBEIRO DA SILVA\*

**Resumo:** Após anos de investigações e reflexões sobre a presença de pessoas brancas nos problemas raciais do Brasil, o campo de pesquisa sobre os estudos críticos da branquitude se encontra em uma plena expansão dos entendimentos sobre esta problemática, contribuindo com resultados teóricos, práticos e investigativos. Portanto, este artigo irá esmiuçar o conceito de “branquitude acadêmica” entrelaçando com os entendimentos do conceito de “poder epistêmico”, pretendendo ampliar as análises sobre as vantagens, privilégios e ideologias da branquitude principalmente nas universidades brasileiras. Esse movimento evidencia perspectivas que pretendem compreender um fenômeno que observa a presença da branquitude nos meios acadêmicos brasileiros, explicando o perfil de pesquisadores brancos em “neutralidade racial”, ou seja, que são brancos e não evidenciam suas pertencas étnico-raciais. As análises e observações da pesquisa são compreendidas dentro da disciplina História a partir de suas práticas epistemológicas e metodológicas.

**Palavras-chave:** Estudos críticos da branquitude; Academia brasileira; Privilégio racial; Raça; Racismo; Historiografia.

### Academic whiteness: epistemic power in brazilian universities

**Abstract:** After years of investigations and reflections on the presence of white people in racial problems in Brazil, the field of research on critical studies of whiteness is in a full expansion of understanding about this issue, contributing with theoretical, practical and investigative results. Therefore, this article will scrutinize the concept of “academic whiteness” intertwining with the understandings of the concept of “epistemic power”, intending to broaden the analysis of the advantages, privileges and ideologies of whiteness, mainly in Brazilian universities. This movement highlights perspectives that intend to understand a phenomenon that observes the presence of whiteness in Brazilian academic circles, explaining the profile of white researchers in “racial neutrality”, that is, who are white and do not show their ethnic-racial belongings. The analysis and observations of the research are understood within the discipline of History from its epistemological and methodological practices.

**Key words:** Critical whiteness studies; Brazilian academy; Racial privilege; Race; Racism; Historiography.



\* GABRIEL RIBEIRO DA SILVA é doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES.

## Introdução

Em uma sociedade racista, a maioria da parcela da sua população é atingida por mecanismos sociais que projetam suas experiências em um cenário de repressão. Neste contexto, essas pessoas são desconectadas de processos básicos de bem estar e privação de acesso a multiplicidades de oportunidades. Em contrapartida, a outra parte da população, que em sua maioria, caracteriza uma parcela “menor” dessa sociedade, usufrui de vantagens por ter especificidades sociais que lhe atribuem privilégios em uma conjuntura racista.

No Brasil e em países que passaram por um processo de colonização, há uma identificação específica para a parcela da população que possui primazia social. Por conta do processo histórico colonial, a raça dessa “quantia de pessoas favorecidas” é branca, a partir de uma matriz ibérica e portuguesa em primeiro momento, e depois, uma origem imigrante de outros locais da Europa (CARDOSO, 2017). As características físicas, somadas com suas artimanhas de poder econômico, material e simbólico, firmaram-se-lhe a identidade racial branca, nomeada como branquitude (CARDOSO, 2020).

Embora a branquitude seja o significado da “pertença étnico-racial atribuída ao branco” (LOURENÇO, 2020, p. 13), em uma análise mais complexa, se torna um atributo simbólico em âmbito social. Além de ser um privilégio racial simbólico e material, a branquitude consegue estipular formas específicas de agir, tornando-se, em certo momento, uma manutenção de poder nas hierarquias culturais e raciais, pois

entende-se que os estudos da branquitude no Brasil têm procurado chamar atenção para um elemento que se mostra coligado à identidade do branco: o poder associado à

identidade branca. A ideia de hierarquizações cultural e racial, primeiramente imposta pelo colonialismo, foi motriz da constituição dessa concepção de identidade forjada não só na oposição ao “Outro”, mas, necessariamente, na sua subordinação (SILVA, 2017, p. 29).

Nesse artigo, irei analisar alguns aspectos referentes à branquitude no meio acadêmico brasileiro. Serão pontuados dois conceitos: branquitude acadêmica e poder epistêmico, que irão permitir analisar as artimanhas epistemológicas e metodológicas que são usadas pela branquitude para produzir ciência, especificamente a ciência histórica, que se enquadra no âmbito dos estudos sociais e humanos.

## Branquitude acadêmica e o poder epistêmico

A branquitude é um campo de pesquisa complexo historicamente. Intelectuais negros estadunidenses desde o século XX localizam pessoas brancas como personagens das relações raciais, à exemplo de Du Bois (1995) ao explicitar o “salário psicológico” recebido pelos trabalhadores brancos como um privilégio/prêmio em comparação ao recebido por negros, e Baldwin (1963) analisando as crueldades de supremacistas brancos dos Estados Unidos da América. Porém, há indícios de contribuições ao campo nos estudos do sociólogo brasileiro Guerreiro Ramos, em 1957, questionando e pontuando a dominação social por parte da população branca, pois “ser negro significava ser povo brasileiro, em oposição ao branco, que significava ser elite” (CARDOSO, 2008, p. 124). Portanto, a trajetória do campo não se construiu de forma linear, mas se fortificou enquanto tal ao ser notada pela academia estadunidenses na década de 1990.

Com o aprofundamento do tema nos EUA, esses estudos transformaram-se em um campo de pesquisa consolidado, com inúmeras disciplinas especializadas em debater a discriminação a partir da produção do racismo, da branquitude e da branquitude. A temática torna-se corrente em cursos acadêmicos, resultando em publicações e até mesmo na formação de laboratórios de pesquisa especializados no assunto. A partir de meados da década de 1990, incontáveis trabalhos foram produzidos também fora dos Estados Unidos, como no Brasil, África do Sul, Austrália, Inglaterra e Colômbia (CONCEIÇÃO, 2020, p. 49).

Neste contexto, as contribuições ao campo foram gradativamente crescendo. No Brasil, as pesquisas sobre branquitude passaram por temas sobre desigualdades no campo de trabalho através de um pacto narcísico entre pessoas brancas que lhes atribuíam vantagens/privilégios econômicos, sociais e raciais (BENTO, 2002), a invisibilidade racial de pessoas brancas no país (CARDOSO, 2008, p. 190-191), e depois de um tempo, a compreensão da branquitude como uma identidade racial complexa que constrói privilégios (SCHUCMAN, 2012). Esses trabalhos auxiliaram, em conjunto com produções internacionais, no surgimento de novas temáticas para o campo de estudo da branquitude, excedendo também as possibilidades de áreas científicas nas investigações.

Em 2014, Cardoso (2020) lança a pesquisa de sua tese de doutorado em Sociologia sobre a constituição da branquitude acadêmica e do pesquisador branco que utiliza pessoas negras como objeto de investigação social. Na obra,

<sup>1</sup> Brancura é denominada para Ramos (1995) na década de 1950 como uma “estética social” vista como ideal para a população brasileira, que tenta

argumenta que a academia se estabelece através de uma “lógica binária antagonista” em relação às questões raciais. Em suma, as pessoas negras são investigadas como problema de pesquisa por um pesquisador branco que se coloca em um lugar de neutralidade racial. Nessa binariedade, há o cenário de uma super presença do “negro”; e em contra partida a essa situação, surge a cena de uma possível ausência constante do negro, do branco e das questões raciais como um todo (CARDOSO, 2020, p. 86).

Embora tenha refletido sobre isso no momento da tese, começa a teorizar o termo *branquitude acadêmica*, propriamente dito, posteriormente à pesquisa do doutorado. Enquanto branquitude acadêmica, Cardoso (2018) localiza práticas comuns de pesquisadores brancos e pesquisadoras brancas dentro da academia brasileira. Uma dessas práticas é a possibilidade da branquitude acadêmica invisibilizar pesquisadores negros e pesquisadoras negras sobre pioneirismo investigativo, divulgação de obras e reconhecimento no âmbito acadêmico. A outra, o autor afirma que pessoas brancas pesquisadoras “podem tudo”, ou seja, nas pesquisas voltadas às questões raciais, são elas que determinam quem é branco, negro, indígena, quilombola. Essas indagações serviram de argumentação para o reconhecimento de intelectuais negros, como Guerreiro Ramos e Maria Aparecida da Silva Bento, enquanto percussores do pensamento crítico da branquitude, mesmo que anteriormente a eles, como é o caso de Ramos, o termo fosse *brancura*.<sup>1</sup> Cardoso (2018) reforça a importância dessas afirmações para romper com a “síndrome do vira-lata”, que diz respeito a acreditar que o campo

negar sua constituição enquanto povo (negro) e pretende se declarar enquanto elite (branco), usando o branqueamento social como alternativa.

da branquitude surgiu nas universidades estadunidenses e como perspectiva para o rompimento da mentalidade colonizada no meio acadêmico brasileiro.

A branquitude acadêmica, segundo Cardoso (2018), delimita um “objetivo-fim” em busca de uma cura, de um grande final ou uma solução para as problemáticas de pesquisa. Em alguns momentos, as pessoas brancas pesquisadoras usam a finalização do conflito racial através da paz, como afirma o autor:

O pesquisador branco procura encontrar sua paz, em meio ao conflito racial. Após abordar os privilégios/vantagens raciais que se têm na sociedade por ser branco, ele tende a caminhar para um “grande final.” Estou falando a respeito das estratégias, o manual de como o branco deve proceder para se tornar branco não racista. A dor que o pesquisador branco sente ao abordar suas vantagens raciais será aliviada na parte final do seu trabalho. A partir do ensinamento de suas estratégias para o branco não ser racista. Um método, uma pedagogia que o próprio branco pesquisador da branquitude utiliza para si. A maneira como ele se “salvou” o credencia a ensinar a desenhar o mapa para que os outros brancos também possam se “salvarem” (CARDOSO, 2018, p. 305-306).

Portanto, as contribuições de Cardoso (2018), são suficientes para compreender e indagar um debate especialmente sobre a branquitude acadêmica que investiga no campo de pesquisa da branquitude. O autor consegue perceber os percursos, percalços, dificuldades e preocupações de pesquisadoras brancas e brancos que estão interessados com as questões raciais, seja em relação a população negra, população branca ou as populações indígenas e quilombolas.

No que se diz respeito a pesquisadores brancos e brancas que produzem ciência, porém não se preocupam com as questões raciais, as indagações se tornam mais complicadas. Embora seja possível ainda pensar este “bloco de brancos” como uma *branquitude acadêmica*, é necessário que haja uma análise mais específica, pois estará tratando especialmente do perfil de cientista já sinalizado por Cardoso (2020), no caso, o que se coloca em uma neutralidade racial. A neutralidade perpassa por seu entendimento enquanto pessoa-pesquisadora e também em suas escolhas epistemológicas e metodológicas em referência ao andamento de sua pesquisa acadêmica.

Por conta dessas características, que irão analisar além da forma comportamental do cientista branco perante sua pesquisa, se torna importante o percurso de sua formação. As contribuições de Silva (2020) sobre uma análise chamada de “poder epistêmico”, consegue englobar a presença de reflexões que suprem pontos necessários sobre a branquitude acadêmica e também soma um estudo sobre a formação acadêmica das universidades brasileiras, as suas escolhas epistemológicas e metodológicas.

O poder epistêmico é uma normativa interpretativa estática que tem uma multidimensionalidade dentro de suas táticas. Ele carrega o prefixo “branco” como determinação, pois obedece uma metodologia branco-francesa que se renova com o decorrer dos anos, mas mantém suas tradicionalidades; comete ações sociais, políticas e culturais brancas dentro de premissas acadêmicas, denotando o certo e o errado, aprovando ou desaprovando e detendo a diretriz de decisão, seja no destino de uma pesquisa quanto dos próximos passos que deva tomar a pessoa que conduz a pesquisa. O poder epistêmico recebe a ideia branca como “prefixo”, pois já não se

molda apenas a partir da ação de pessoas brancas, não sendo essa a ideia da prefixação. O “branco” nesse poder “multi-ideário” representa a ordem de multiplicar todas as visões brancas nos mais diversos lugares de debates, podendo criar conflitos entre si, embora entrando em acordos e consensos para uma nova adaptação branca. Mas principalmente, o poder epistêmico consegue bloquear qualquer forma de pensamento, episteme e método que não converse com suas premissas. Essas artimanhas fazem a branquitude epistemológica não pensar que é epistemológica, pois tão pouco precisa ser pensada assim porque não é um problema (SILVA, 2020, p. 29-30).

A ideia principal das reflexões sobre o “poder epistêmico”, é relativa a um pertencimento histórico das problemáticas de escolhas de epistemologia e metodologia na academia brasileira. Particularmente, este “multi-ideário” argumenta sobre a ciência histórica e a presença branco-francesa na forma de “fazer história”, ou seja, o legado europeu que formou as universidades, a História-disciplina e que persiste até hoje na formação de pesquisadores, que em sua maioria, são brancos.

O poder epistêmico, segundo Silva (2020), é histórico e tradicional no que se refere a práticas acadêmicas. Os pesquisadores brancos e brancas são formados a partir de uma trajetória histórica e tradicional do poder epistêmico, depois há a possibilidade de uma ruptura desse tradicionalismo, o que é possível perceber nas criações de novas escolas teóricas com o passar dos anos. Porém, a essência estrutural da ideia “branco-francesa” continua agindo nas práticas acadêmicas.

Inicialmente, o percurso das investigações científicas na área da

História iniciou e persistiu no molde “quadripartite”, usando nomenclaturas ocidentais e excludentes para dividir os acontecimentos, como História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, não esquecendo a “Era-extra”, Pré-História (CARDOSO, 2020, p. 183). O objetivo foi a criação de uma “noção de nação”, privilegiando os “episódios” europeus para justificar a elite branca brasileira, com criação de heróis nacionais e eventos factuais. A partir disso, “acabaram por pensar em seus ofícios e suas prerrogativas como cientistas e a História como disciplina” (SILVA, 2020, p. 31).

Conforme pontuado, as renovações e revisões teóricas da História se fizeram presentes por todo o percurso da ciência, e logo os “fatos e heróis” foram revistos e substituídos por problemas históricos. Silva (2020) afirma que houve apenas uma mudança de lado da moeda, pois os recortes, as classificações, nomenclaturas e uma supervalorização do Ocidente persistiram na “história-problema”. Analisando o “lugar social” da disciplina, defendido pelo historiador francês Michel de Certeau, o autor compreende que a sua organização por “dogmas” faz da História uma ciência da escolha, que se torna o pilar do poder, pois há a definição por parte do cientista da validade ou invalidade da “verdade”.

Não é por menos que a “História é um instrumento intelectual de exercício de poder sobre os Outros”, e nada mais “poderoso” do que escrever uma história a partir de uma visão e de uma verdade. Quem escreve, interpreta e apresenta essa História para consenso popular é o poder epistêmico, significando a própria geografia existencial do poder. Podendo afirmar, portanto, ser o poder epistêmico um dos muitos sinônimos da branquitude. Essa identidade se torna assim porque acredita que detêm de todos os

atributos possíveis que julgam positivo dentro de um mundo criado por pessoas iguais às suas características. O poder de poder é a maior das virtudes que o ocidente confere para as pessoas brancas, estimulando a reprodução em outros espaços onde possa espalhar e fazer valer esta geografia existencial do poder. A forma como são aceitas as afirmações feitas por este poder se reproduz de muitas formas e por muitos símbolos complexos (SILVA, 2020, p. 32-33).

Especialmente sobre o período da ditadura civil-militar brasileira, momento que ocorreu entre os anos de 1964 e 1985, o autor realiza uma análise da historiografia sobre o período, a partir de suas epistemologias e metodologias. Primeiramente, afirma que as contribuições dos estudos sobre a ditadura acompanharam os primórdios da pesquisa-científica-histórica no Brasil, portanto, a historiografia do período é marcada por estudos canônicos, que em alguns momentos, acompanharam o período e foram publicados anteriormente o ano de 1985 (que a historiografia aponta como o "fim" da ditadura civil-militar). Como exemplo, o autor citou a obra *1964: A Conquista do Estado* de René Armand Dreifuss, um historiador uruguaio que a publicou em 1981 e *Combate nas Trevas* do brasileiro Jacob Gorender, que mesmo lançado em 1987, teve as pesquisas iniciadas em 1979.

O aumento de produção sobre o período da ditadura civil-militar aconteceu drasticamente nos anos 1990 e 2000, em consequência das obras canônicas, que se constituíram como referências para os futuros trabalhos. Silva (2020) afirma que a partir desse momento, quando se aumentou o interesse pelo período, o campo de pesquisa começou a apresentar preocupações sociais e políticas que

formulavam suas epistemologias e metodologias.

Desde então, é notado por Silva (2020) uma intenção de divisões e nomeações estáticas no campo de pesquisa. O autor chama-os de “contingentes nomeados”, ou seja, “são temáticas de pesquisa que versam sobre uma normatividade nas investigações referentes à ditadura civil-militar” (SILVA, 2020, p. 36). No referido campo da ditadura, com o aperfeiçoamento das investigações, foram denominadas preocupações gerais do período, como “eventos traumáticos”, “história do tempo presente” e “memória da ditadura”, que estipularam a criação de divisões e normatividades nas metodologias de pesquisa dos estudos da ditadura. O autor afirma que esses cientistas focaram em acontecimentos factuais defendidos (assim como faziam os positivistas) pela historiografia, analisando problemas de pesquisa como luta, resistência e combate ao período ditatorial. Embora importantes, os contingentes nomeados causam, segundo o autor, um estranhamento para pesquisadores que se depararem com um lugar sem neutralidade racial, havendo, portanto, uma negação da possibilidade de racialização das temáticas de pesquisa, sendo essa uma maneira do poder epistêmico agir nas epistemologias e metodologias do campo.

Os contingentes nomeados auxiliam a negação de um lado e a proteção de um outro lado, pois a escolha desses conceitos estáticos do campo da ditadura, dependerá da experiência vital do historiador/historiadora que irá considerar “traumático”, uma “memória” ou uma “história do tempo presente” para historiografia. Essa dependência da experiência cria como norma a neutralidade do componente ‘raça’ no campo da pesquisa (SILVA, 2020). A compreensão da impossibilidade de

pensar a modernidade brasileira, que está presente no contexto do período da ditadura civil-militar, sem a força do pensamento racial apresentado, estimula a subordinação do lado negado.

Nessa concepção, entende-se que se faz necessário repensar as interpretações clássicas sobre nossa sociedade uma vez que essas raramente tratam a dimensão racial como elemento central à dinâmica social brasileira. Tal negação tem contribuído para afirmar a ideia de democracia racial como alicerce de nossa identidade nacional o que, por sua vez, reverbera na dificuldade de identificar estruturas que permitem a sobrevivência do racismo entre nós (SILVA, 2017, p. 19).

Segundo Silva (2020), o poder epistêmico formou os profissionais especializados na temática da ditadura civil-militar e os manteve nesse local. Com o auxílio dos contingentes nomeados, foi construída a pirâmide do campo: 1) constituição das obras canônicas; 2) formulação de temáticas de pesquisas estáticas; e 3) fortificação no número de pesquisas baseado nos dois primeiros itens. Como consequência disso, o autor denomina o surgimento de uma categoria básica no campo de pesquisa da ditadura civil-militar por conta da ação do poder epistêmico e da branquitude acadêmica: o historiador e a historiadora universalmente bem formado/a.

Assim como Cardoso (2008), e anteriormente na tese de doutorado (CARDOSO, 2020), encontram-se algumas especificidades de pesquisadores com neutralidade racial perante problemáticas sem neutralidade racial, ou seja, temáticas racializadas. Embora estivesse analisando um poder epistêmico, Silva (2020) utilizava de fontes para compreender o poder epistêmico, afirmando que os contingentes nomeados do campo da

ditadura civil-militar poderiam “se deparar com fontes documentais que sinalizem acontecimentos atípicos dos referenciais de estudo que protagonizam a base de pesquisa da ditadura civil-militar” (SILVA, 2020, p. 36).

Portanto, o historiador e a historiadora universalmente bem formado/a, com sua neutralidade racial, subordina a dimensão racial que constitui a dinâmica social brasileira (SILVA, 2017). Por conseguinte, a subordinação por parte desses pares, os faz se encontrarem numa definição sumária, que defende que:

a branquitude é um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são frutos de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios (SILVA, 2017, p. 27-28).

O perfil de pesquisadores brancos do campo da ditadura civil-militar é complexo, assim como a branquitude, e tão pouco é homogêneo, como afirma Silva (2017). Porém elementos conseguem dar indicações iniciais da formação desse perfil. A desigual distribuição de poder político, econômico e social fortalece o argumento dos contingentes nomeados, por conta deste perfil dominar o poder, conseguem delimitar as premissas temáticas do campo. Por ter o poder e conseguir delimitar no campo as premissas, se torna norma, sem precisar se posicionar sobre questões que subordinam a dimensão

racial brasileira. Todavia, esse perfil de pesquisadores brancos faz um movimento possível de rever a neutralidade sobre a temática, como se percebe neste trecho:

Na prática, a repressão às guerrilhas de esquerda criou uma nova cultura policial, baseada na autonomia e na impunidade dos agentes diante de flagrantes violações das leis, como o extermínio. A tortura já era uma prática policial antiga, mas foi aperfeiçoada no contexto da repressão política. Nem a Justiça, por displicência ou lentidão, nem a sociedade, por impotência ou conivência, controlaram o monstro em sua infância. A isso, *somou-se o preconceito social e racial explícito ou latente, que tolerava violência no controle social dos pobres e marginais* (NAPOLITANO, 2014, p. 144) (grifos meus).

No trecho, a branquitude consegue se materializar no seu estágio fora da neutralização racial, impondo uma ação importante dessa identidade racial: se ver e classificar os não brancos (SILVA, 2017). Napolitano (2014) afirma que a guerrilha da esquerda fez a polícia aperfeiçoar suas práticas de torturas, e por conta do preconceito social e racial, houve um aumento de violência contra pobres e marginais. Portanto, nota a dimensão racial inicialmente e renega ao fim, estigmatizando o “marginal” como uma questão de preconceito racial; ou, classifica pessoas não brancas como marginais, tendo em vista que “pobre” tenha sido referência ao preconceito social e “marginal” para o preconceito racial pontuado pelo autor.

Embora não haja uma resposta para intenção do autor, e tão pouco seja possível homogeneizar o perfil de pesquisadores brancos da ditadura civil-militar brasileira ou os historiadores e as historiadoras universalmente bem formados/as, se torna visível a

problemática da neutralidade racial em suas formações e no tratamento com a dinâmica racial da sociedade brasileira.

### Afirmações finais

Considerando as reflexões trazidas acima, algumas afirmações conseguem ser feitas. A primeira, referente a importância do campo de estudo sobre a branquitude para pensar a dinâmica racial da sociedade brasileira. O movimento interpretativo para trazer a identidade racial branca ao centro das discussões sobre o racismo, traz possibilidades de analisar questões estáticas e normativas que podem ser questionadas se amparadas por teorias como a noção do privilégio/vantagem racial de pessoas brancas, a estruturação e o legado do colonialismo europeu nas sociedades “contemporâneas” e a manutenção do brancocentrismo como modelo social.

Em segundo, as especificidades e riquezas interpretativas que os estudos críticos da branquitude trazem para os estudos das ciências sociais e humanas. Conforme visto, é inevitável as contribuições desses estudos para compreender a criação e constituição da sociedade brasileira como um todo. Neste trabalho, foi feita uma ramificação da sociedade, escolhendo uma parcela pequena: as universidades brasileiras como análise. A partir de então, amparado pelas teorias da branquitude acadêmica (CARDOSO, 2018) e do poder epistêmico (SILVA, 2020), sinalizar características gerais e complexas da forma que são formadas as pessoas que produzem ciência histórica no Brasil, especificamente que se esforçam a interpretar o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Não é pretensioso afirmar que essas pessoas, em sua maioria, são brancas; ou então, que a funcionalidade das epistemologias e metodologias que usam são amparadas pela lógica do brancocentrismo como

modelo social, nesse caso, como modelo acadêmico. Assim como as reflexões trazidas por Cardoso (2018) sobre branquitude acadêmica eram relativas a pesquisadores brancos que investigaram sobre branquitude ou questões raciais em geral, e o conceito foi usado aqui como uma possibilidade de somar a possibilidade de compreender o pesquisador branco com neutralidade racial, as dimensões do poder epistêmico defendidas por Silva (2020) mostram dinamismos para extrapolar as limitações defendidas pelo autor, havendo campo para analisar outras ciências, temática de atuação e realidades sociais.

Considerações, afirmações e conclusões em estudos críticos são um consenso conflituoso (CARDOSO, 2018). Embora o limite da academia exija as conclusões, essa ação se mostra como uma maneira de invisibilizar os conflitos, que são uma herança neocolonial e racializada. Propor o debate crítico sobre a dinâmica racial brasileira é um campo de conflito, e o campo de estudos sobre a branquitude não se apresenta como uma alternativa de busca de paz.

#### Referências

- BALDWIN, J. **The Fire Next Time**. Nova Iorque: Dial Press, 1963.
- BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2002.
- CARDOSO, L. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra e o objetivo-fim. In: GÓES, L. **130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018, p. 295-311.
- CARDOSO, L. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional**. A branquitude acadêmica: volume 2. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.
- CARDOSO, L. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). 2008. Dissertação. Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.
- CARDOSO, L. O branco não branco e o branco-branco. In: MULLER, T. P.; CARDOSO, L. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017, p. 175-195.
- CONCEIÇÃO, W. L. **Branquitude: dilema racial brasileiro**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.
- DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- DU BOIS, W. E. B. **Black Reconstruction in America, 1860–1880**. Nova Iorque: Free Press, 1995.
- GORENDER, J. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
- NAPOLITANO, M. **1964: história do regime militar brasileiro**. Editora Contexto, 2014.
- RAMOS, A. G. I - Patologia Social do "Branco" Brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 215-240.
- SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.
- SILVA, G. R. **O poder epistêmico: sobre a ditadura civil-militar, os conflitos ou tensões raciais e o fazer a história**. 2020. 80f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.
- SILVA, P. E. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MULLER, T. P.; CARDOSO, L. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017, p. 19-32.

Recebido em 2021-07-30  
Publicado em 2021-09-01